

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRAZIL

DE

1884

PARTE I. TOMO XXXI — PARTE II. TOMO XLVII



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA NACIONAL

1885

INDICE

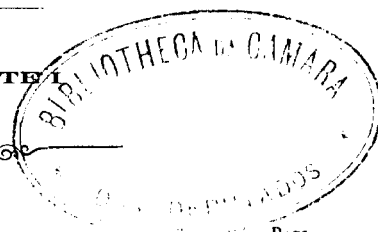
DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DE

1884

PARTES



- N. 3225.— MARINHA.— Decreto de 14 de Junho de 1884.— Autoriza o Governo a contar, para o effeito da jubilação, ao Lente cathedratico da Escola de Marinha, Bacharel Joaquim Velloso Tavares, o tempo que esteve, na qualidade de oppositor da mesma Escola, estudando, na Europa, melhoramentos de portos maritimos e fluviaes, com licença do Governo, e sem vencimentos..... Pags. 1
- N. 3226.— GUERRA.— Decreto de 14 de Junho de 1884.— Autoriza o Governo a computar no calculo da antiguidade do Dr. Thomaz Alves Junior, Lente da Escola Militar, o tempo que elle demonstrar haver servido como empregado publico antes de sua nomeação para aquelle cargo. 2

	Pags.
N. 3227.— FAZENDA.— Decreto de 27 de Junho de 1884.— Determina que as Leis ns. 3140 e 3141 de 30 de Outubro de 1882, orçando a Receita e fixando a Despeza para os exercicios de 1882-1883 e 1883-1884, continuem em vigor no 1º trimestre do de 1884-1885, emquanto não forem promulgadas as respectivas Leis de orçamento.	3
N. 3228.— IMPERIO.— Lei de 3 de Setembro de 1884.— Autoriza o Ministerio dos Negocios do Imperio a despende até a quantia de 500:000\$000 com medidas preventivas contra a invasão do cholera-morbus no Imperio.....	4
N. 3229.— FAZENDA.— Lei de 3 de Setembro de 1884.— Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1884-1885, e dá outras providencias..	5
N. 3230.— FAZENDA.— Lei de 3 de Setembro de 1884.— Fixa a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1884-1885, e dá outras providencias.....	11
N. 3231.— MARINHA.— Lei de 3 de Setembro de 1884.— Approva a despeza effectuada com a elevação do numero de praças do Batalhão Naval ao estado completo no exercicio de 1883-1884.....	37
N. 3232.— IMPERIO.— Decreto de 3 de Setembro de 1884.— Dispensa a condição de idade para a matricula nos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministerio do Imperio.	38
N. 3233.— IMPERIO.— Decreto de 3 de Setembro de 1884.— Augmenta o numero dos representantes da Provincia do Pará e altera a divisão eleitoral da mesma Provincia.....	38
N. 3234.— FAZENDA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Releva a pena de commisso, em que incorreu o legado do Barão de Juparanã á Igreja de Nossa Senhora do Patrocinio, da povoação do Desengano.....	39
N. 3235.— FAZENDA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o pagamento a Sabino Tripoti da quantia de 200:000\$000.....	40

Pags.

- N. 3236.— FAZENDA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda do Pernambuco, Francisco Magarinos de Souza Leão..... 41
- N. 3237.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Antonio Joaquim Rodrigues..... 41
- N. 3238.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceler um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação da Côte, Manoel Pedro Alvares Morvira Villaboim..... 42
- N. 3239.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Mato Grosso, João Francisco da Silva Braga..... 43
- N. 3240.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José da Motta de Azevedo Corrêa..... 43
- N. 3241.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Santa Philomena, na Provincia do Piauhy, Bacharel José de Azevedo Silva..... 44
- N. 3242.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José de Araujo Brusque..... 45
- N. 3243.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito

RECEBIDA NA CLASSE DE
 1884

	Pags.
da comarca de Itapicuru-merim, na Provincia do Maranhão, Bacharel Antonio Teixeira Bel-fort Roxo.....	45
N. 3244.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a prorogar por mais um anno, com ordenado, a licença ultimamente concedida ao Juiz de Direito da comarca do Riachão, na Provincia do Maranhão, Antonio José de Souza Freitas.....	46
N. 3245.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca do Alagôa Monteiro, na Provincia da Parahyba do Norte, Bacharel Frederico Peregrino Carneiro Monteiro.....	47
N. 3246.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Manoel Carrilho da Costa.....	47
N. 3247.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Cimbres, na Provincia de Pernambuco, Dr. José Julião Ragueira Pinto de Souza.....	48
N. 3248.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Santa Christina do Pinhal, na Provincia do Rio Grande do Sul, Bacharel Luiz Vianna.....	49
N. 3249.— IMPERIO.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Francisco Rodrigues da Silva, Leite e Director da Faculdade de Medicina da Bahia.....	49
N. 3250.— IMPERIO.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Autoriza o Governo a conceder um	

	Pags.
anno de licença, com ordenado, ao Lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alexandre Evangelista do Castro Cerqueira.....	50
N. 3251.— IMPERIO.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Concede ao Dr. João Baptista de Lacerda um premio de 30:000\$, pela descoberta da acção do permanganato de potassa como antidoto do veneno ophidico.....	51
N. 3252.— IMPERIO.— Decreto de 13 de Setembro de 1884.— Torna extensivos aos professores das escolas mantidas pela Camara Municipal da Côte, alguns favores de que gozam os professores publicos primarios dependentes do Ministerio do Imperio.....	51



ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1884



DECRETO N. 3225 — DE 14 DE JUNHO DE 1884

Autoriza o Governo a contar, para o effeito da jubilação, ao Lente cathedratico da Escola de Marinha, Bacharel Joaquim Velloso Tavares, o tempo que esteve, na qualidade de oppositor da mesma Escola, estudando, na Europa, melhoramentos de portos maritimos e fluviaes, com licença do Governo, e sem vencimentos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a contar, para o effeito da jubilação, ao Lente cathedratico da Escola de Marinha, Bacharel Joaquim Velloso Tavares, o tempo que esteve, na qualidade de oppositor da mesma Escola, estudando, na Europa, melhoramentos de portos maritimos e fluviaes, com licença do Governo e sem vencimentos ; revogadas as disposições em contrario.

O Almirante Joaquim Raymundo do Lamare, do Meu Conselho e do de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario

de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

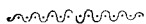
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Raymundo de Lamare.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Junho de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 20 de Junho de 1884. — *Sabino Eloy Pessoa.*



DECRETO N. 3226 — DE 14 DE JUNHO DE 1884

Autoriza o Governo a computar no calculo da antiguidade do Dr. Thomaz Alves Junior, Lente da Escola Militar, o tempo que elle demonstrar haver servido como empregado publico antes de sua nomeação para aquelle cargo.

Hei por bem Sanccionar e Manlar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' autorizado o Governo a computar no calculo da antiguidade do Dr. Thomaz Alves Junior, Lente das segundas cadeiras do 1º e 4º annos da Escola Militar, o tempo que elle demonstrar haver servido como empregado publico, antes da sua nomeação para o cargo que exerce nesse est. belocimento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Candido Luiz Maria de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Candido Luiz Maria de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 21 de Junho de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 23 de Junho de 1884. — O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



DECRETO N. 3227 — DE 27 DE JUNHO DE 1884

Determina que as Leis ns. 3140 e 3141 de 30 de Outubro de 1882, orçando a Receita e fixando a Despesa para os exercicios de 1882 - 1883 e 1883 - 1884, continuem em vigor no 1º trimestre do de 1884 - 1885, enquanto não forem promulgadas as respectivas Leis de orçamento.

Há por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembleia Geral :

Art. 1.º As Leis ns. 3140 e 3141 de 30 de Outubro de 1882, que orçaram a Receita e fixaram a Despesa para os exercicios de 1882 - 1883 e 1883 - 1884, continuarão em vigor no 1º trimestre do de 1884 - 1885, enquanto não forem promulgadas as respectivas Leis de orçamento ; sendo as despesas feitas proporcionalmente ao tempo de sua duração.

§ 1.º Durante o referido periodo regulará a tabella de credits especiaes que acompanha a mesma Lei n. 3141, na parte que se acha em vigor ; e o Governo poderá despende, com a conservação e trafego da estrada de ferro do Paulo Afonso, até 177:000\$, com a do Recife ao S. Francisco (prolongamento), até 93:400\$, com a da Bahia ao S. Francisco (prolongamento), até 150:300\$, com a de Porto Alegre á Uruguanayana, até 87:200\$, com a commissão dos estulos da estrada do ferro D. Pedro I, até 30:000\$, com a garantia de juros a pagar á companhia da estrada do ferro da Bahia ao S. Francisco, pela concessão para construcção do ramal do Timbó, até 50:000\$000.

§ 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda fica autorizado para emittir, no mencionado periodo, bilhetes do Thesouro até á somma das mesmas despesas, como antecipação de receita.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

M. P. de Souza Dantas.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 27 de Junho de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Junho de 1884. — *José Severiano da Rocha.*



LEI N. 3228 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Ministerio dos Negocios do Imperio a despendar até á quantia de 500:000\$ com (medidas preventivas contra a invasão do) cholera-morbus no Imperio.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º Fica o Ministerio dos Negocios do Imperio autorizado a despendar até á quantia de 500:000\$ com o estabelecimento de um lazareto e outras providencias, que se tornarem necessarias para prevenir a invasão da epidemia do cholera-morbus no Imperio.

Art. 2.º Os fundos necessarios para occorrer a esta despeza serão tirados da renda ordinaria do Estado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 3 de Setembro de 1884, 63ª da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR, com rubrica e guarda.

Filippe Franco de Sá.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, autorizando o Ministerio dos Negocios do Imperio a despendar até á quantia de 500:000\$ com medidas preventivas contra a invasão do cholera-morbus no Imperio.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Antonino Ferreira Dias a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 5 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. — 3ª Directoria da mesma Secretaria em 9 de Setembro de 1884. — O Director interino, *N. Midosi.*



LEI N. 3220 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1884-1885, e dá outras providencias.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou o Nós Queremos a Lei seguinte:

Receita Geral

Art. 1.º A Receita Geral do Imperio é creada em 133,049:400\$ e será effectuada com o producto da renda geral que arrecadar-se dentro do exercicio da presente Lei e sob os titulos abaixo designados :

ORDINARIA

Importação

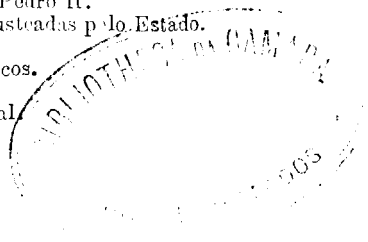
1. Direitos de importação para consumo.
2. Expendente dos generos livres de direitos de consumo.
3. Expendente das Capatazias.
4. Armazenagem.

Despacho maritimo

5. Imposto de Pharó's.
6. Imposto da Dóca.

Exportação

7. Direitos de exportação de generos nacionaes.
8. Direitos de 2 1/2 % da polvora fabricada por conta do Governo e dos metaes preciosos em pó, pinha, barra ou em obras.
9. Direitos de 1 1/2 % do ouro em barra fundido na Casa da Moeda.
10. Direitos de 1 % dos diamantes.
11. Juros das acções das Estradas de Ferro da Bahia e Pernambuco.
12. Renda da Estrada de Ferro D. Pedro II.
13. Renda das Estradas de Ferro custeadas pelo Estado.
14. Renda do Correio Geral.
15. Renda dos Telegraphos electricos.
16. Renda da Casa da Moeda.
17. Renda da Typographia Nacional.
18. Renda do *Diario Official*.



19. Renda da Lithographia Militar.
20. Renda da Fabrica da Polvora.
21. Renda da Fabrica do Ferro de S. João de Ypanema.
22. Renda dos Arsenaes.
23. Renda da Casa de Correção.
24. Renda do Imperial Collegio de Pedro II.
25. Renda do Instituto dos Surdos-Mudos.
26. Renda da matricula dos Estabelecimentos de instrucção superior.
27. Renda dos Proprios Nacionaes.
28. Renda dos Terrenos diamantinos.
29. Fóros de terrenos de marinhãs (excepto os do Municipio da Córte) e producto da venda de posses ou dominios uteis dos terrenos de marinhãs, nos termos das anteriores Leis de orçamento.
30. Imposto sobre patentes de privilegios.
31. Laudemios, não comprehendidos os provenientes das vendas de terrenos de marinhãs da Córte.
32. Imposto sobre Datas mineiras.
33. Venda de Terras publicas.
34. Premios de Depositos publicos.
35. Concessão de Pennas d'agua.
36. Sello do papel.
37. Imposto de Transmissão de propriedade.
38. Imposto de Industrias e Profissões.
39. Imposto de Transporte.
40. Imposto Predial: ficando sujeitas sómente á taxa simples e á adicional para esgoto as casas que d'ora em diante forem construidas por companhias anonymas e se destinarem á habitação das classes menos favorecidas.
41. Imposto sobre Subsídio e Vencimentos.
42. Imposto do Gado.
43. Cobrança da Divida activa.

EXTRAORDINARIA

44. Contribuição para o Monte-pio da Marinha.
45. Indemnizações.
46. Juros de Capitães Nacionaes.
47. Venda de generos e Proprios Nacionaes.
48. Receita Eventual.

RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL

1. Taxa de escravos (inclusive a adicional).
2. Transmissão de propriedade dos mesmos.
3. Multas.
4. Donativos.
5. Beneficio de loterias isentas de impostos.

6. Decima parte do beneficio liquido das concedidas depois da Lei.

7. Divida activa.

8. Imposto sobre os consignatarios de escravos.

9. Imposto de 15 % sobre loterias : ficando isentas as que forem extrahidas em virtude da Lei provincial do Paraná n. 759 de 24 de Novembro de 1883, com destino ás obras do Cemiterio Publico de Paranaguá, e as concedidas por Decreto n. 2327 de 30 de Julho de 1873 á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Candelaria da Côte.

10. Sello dos bilhetes.

11. Remanescentes dos premios. (Lei n. 1114 de 27 de Setembro de 1860, art. 12, § 3.º)

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a emittir bilhetes de Thesouro até á somma de 16.000:000\$, como antecipação de Receita, no exercicio desta Lei.

Paragrapho unico. Continúa a vigorar a autorização conferida ao Governo no art. 2º, § unico, da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, relativamente á conversão da divida fluctuante em consolidada, interna ou externa, no todo ou em parte.

Art. 3.º E' concedida ao Governo a faculdade de receber e restituir os dinheiros das seguintes origens :

Emprestimo do Cofre de Orphãos.

Bens de Defuntos e Ausentes, e do Evento.

Premios de Loterias.

Depositos das Caixas Economicas.

Depositos dos Montes de Soccorro.

Depositos de diversas origens.

O saldo que proluzirem esses depositos será empregado nas despezas do Estado ; e, si as sommas restituidas excederem ás entradas, pagar-se-ha a differença com a renda ordinaria.

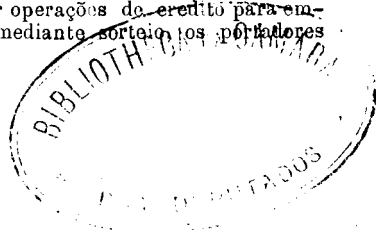
O saldo ou o excesso das restituições será contemplado no Balanço sob o titulo respectivo, conforme o disposto no art. 41 da Lei n. 628 de 17 de Setembro de 1851.

Art. 4.º Continúa em vigor a autorização dada no art. 14 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

Art. 5.º Durante o tempo em que vigorar esta Lei arrecadar-se-hão os 2 % de que trata o art. 1º, n. 42, da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

Art. 6.º O imposto sobre as loterias fica reduzido a 15 % e pertencerá ao fundo de emancipação, elevada a 2 % a porcentagem do Thesoureiro das da Côte, por conta do qual correrá a despeza de que trata o art. 3º do Decreto n. 2035 de 16 de Junho de 1862.

Art. 7.º E' o Governo autorizado a converter em titulos até 5 % as Apolices de 6 %, emittidas em virtude da Lei de 15 de Novembro de 1827, e a fazer operações de credito para embolsar ao par e por series, mediante sorteo, os portadores



das Apolices de 6 %, que não quizerem receber em troca aquelles titulos.

§ 1.º Serão considerados como tendo aceitado a conversão os portadores ou donos de Apolices, que não houverem solicitado o embolso dentro do prazo que será marcado por Decreto Imperial, no qual se determinará também a época em que começa a correr o juro dos novos titulos.

§ 2.º A troca dos titulos de 6 % pelos novos effectuar-se-ha nas Estações competentes do paiz e na Delegacia do Thesouro em Londres, sem despesa para os acitantes da conversão; podendo o Governo emittir novas Apolices até ao numero das de 6 % que houverem sido pagas.

§ 3.º Os tutores, curadores, gerentes, administradores e os representantes legais do dono ou possuidor de Apolices se entendem por esta Lei revestidos de poderes para aceitar a conversão, independentemente de autorização especial e de qualquer formalidade judiciaria.

Pelo que respeita ás Apolices gravadas de usufructo e ás sujeitas a *fidei commissio*, é competente para aceitar a conversão, no primeiro caso, o usufructuario, no segundo o herdeiro fiduciario.

Art. 8.º Fica autorizado o Governo :

I. A rever o Regulamento de 5 de Novembro de 1873 no intuito de melhorar o serviço da Caixa da Amortização e sem augmento tanto do pessoal e vencimentos como da despesa.

II. A dar novo Regulamento á Typographia Nacional, também sem augmento tanto do pessoal e vencimentos como da despesa.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 9.º As Apolices da divida publica que constituem bens dotaes, pécúlio e herança de menores e interdictos não poderão, sem decreto judicial, devidamente motivado, ser transferidas por venda ou caução.

Art. 10. Na proxima Sessão Legislativa proporá o Governo as medidas mais adequadas para sujeitar ao porte do Correio toda a correspondencia official, contemplando desde logo, no pedido de meios para as despezas dos diversos Ministerios, a quantia com que para esse fim julgue necessario augmentar-se a verba — Expediente — de cada Repartição.

Art. 11. Fica autorizado o Governo a vender quaesquer acções de companhias que o Estado possuir, por preço nunca inferior ao que custaram e sem prejuizo do resgate das Estradas de Ferro da Bahia e Pernambuco.

Art. 12. As taxas que tiver de cobrar a companhia que se organizar para o melhoramento do porto da Fortaleza (Ceará), constantes do art. 7º da Lei n. 3141 de 1882, serão pagas, como os juros do capital garantido para o referido melhoramento, ao cambio par.

Será contratado o mesmo melhoramento com quem offerecer em concorrência publica condições mais vantajosas, caso a actual empresa não possa executar seu contrato nos termos em que foi estipulado, de conformidade com a Lei n. 3141 de 1882, tendo preferencia, em igualdade de condições, o actual concessionario.

Art. 13. A isenção de direitos para os generos de produção e manufactura nacional, exportados pelas fronteiras terrestres ou pelos rios ou aguas da Provincia de Mato Grosso, para o territorio dos Estados limitrophes, ficará extensiva á exportação daquelles generos para os outros Estados limitrophes do Imperio, ribeirinhos dos ditos rios ou aguas, embora não confinantes com a mencionada Provincia.

Art. 14. A prohibição de que tratam as Leis n. 1039 de 18 de Setembro de 1869, art. 1º, e n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 3º, fica limitada ás loterias estrangeiras, incorrendo na pena de seis mezes de prisão simples, além das do art. 177 do Código Criminal :

1.º Os que por conta propria ou alheia receberam bilhetes das mesmas loterias estrangeiras para vender, ou em quantidado tal que não possam razoavelmente ter outro destino.

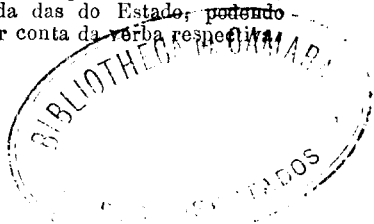
2.º Os que os passaram ou offerecerem á venda ostensivamente, ou por qualquer meio disfarçado delles fizeram objecto de mercancia.

Art. 15. E' o Governo autorizado para permittir, quando julgar necessario ou conveniente, que sejam recebidos nas Repartições da Fazenda desta Corte, em quaesquer pagamentos, pelo tempo que marcar, e mediante o respectivo desconto, os bilhetes emitidos pelo Thesouro como anticipação de Receita, até o limite da Lei. Estes bilhetes devem ser do valor de 1:00\$ cada um, a prazo de seis ou de doze mezes, e o juro pago anticipadamente ou depois do vencido.

Art. 16. Fica prohibida a concessão de despachos livres dos direitos de consumo, fóra dos casos em que o permittem as disposições preliminares da Tarifa das Alfandegas, e suspensas as que tenham sido feitas a empresas ou particulares.

E', porém, o Governo autorizado a conceder a continuação desse favor aos que o tiverem em virtude de contratos synallagmaticos, depois de accôrdo sobre o prazo em que deverá cessar, e a restituir a importancia dos direitos que houverem pago durante a suspensão.

Art. 17. O Governo fará effectiva a fiscalisação do serviço das linhas telegraphicas, nos termos das respectivas concessões, afim de obstar o desfalque da renda das do Estado, podendo remunerar o pessoal necessario por conta da verba respectiva.



Art. 18. E' o Governo autorizado:

I. Para applicar á compra de Apolices da divida publica interna fundada no producto da venda dos bens pertencentes ás Ordens Religiosas, que se realizar em cada exercicio, pagando aos seus representantes legaes os juros semestralmente devidos.

Inscriptas, por conta dos respectivos Conventos, com a clausula de inalienaveis, estas Apolices considerar-se-hão amortizadas com a extincção das mesmas Ordens, conforme direito.

II. Para entender-se com os concessionarios de Engenhos centraes e Estradas de ferro com garantia de juros, ainda não em effectividade, e cujas obras possam ser adiantadas, para o fim de rescindir a mesma garantia, solicitando do Poder Legislativo os creditos necessarios á execução do ajuste que se celebrar.

Art. 19. O Governo não preencherá d'ora em diante as vagas que se derem nos empregos das diversas Repartições Publicas que puderem ser supprimidos sem inconveniente, devendo nas futuras propostas que fizer ao Poder Legislativo indicar as reduções possiveis.

Entretanto, poderá aproveitar o pessoal que julgar excessivo em outros empregos que existirem de igual categoria.

Art. 20. Conjunctamente com o Decreto de abertura de quaquer credito extraordinario ou supplementar, fará o Governo publicar a consulta do Conselho de Estado Pleno ou da respectiva Secção que o houver precedido, na forma do art. 20 da Lei n. 3140 de 10 de Outubro de 1882, assim como a proposta e informações demonstrativas das necessidades dos mesmos creditos.

§ 1.º Os creditos supplementares abertos no exercicio da presente Lei não poderão exceder de 4.000.000\$ para todos os Ministerios.

§ 2.º E' prohibido imputar a qualquer rubrica do Orçamento despesa que nella não esteja comprehendida, segundo as Tabellas explicativas da proposta do Governo e as alterações nellas feitas pelo Poder Legislativo.

Art. 21. E' concedido á Companhia Fluvial Maranhense despacho livre de direitos de importação nos mesmos termos a que ficar reduzida a concessão feita á Companhia de Navegação a vapor da Provincia do Maranhão, de accordo com as disposições do art. 16.

Art. 22. O plano das loterias poderá ser alterado, sempre que convier, por acto do Ministro da Fazenda, mediante proposta do respectivo Thesoureiro e independente de Decreto.

Art. 23. Continuam em vigor todas as disposições das antecedents Leis de orçamento que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despesa, sobre autorização para marcar ou augmentar vencimentos, reformar Repartições ou Legislação Fiscal e que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 3 de Setembro de 1884, 63.º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR, com rubrica e guarda.

M. P. de Souza Dantas.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, orçando a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1884 - 1885, e dando outras providencias como nella se declara.

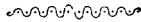
Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Francisco Teixeira de Lira e Oliveira a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 4 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 5 de Setembro de 1884.— *José Severiano da Rocha.*



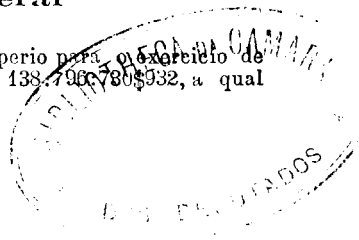
LEI N. 3230 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Fixa a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1884-1885, e dá outras providencias.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Despeza Geral

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1884 - 1885 é fixada na quantia de 138.796.780\$932, a qual



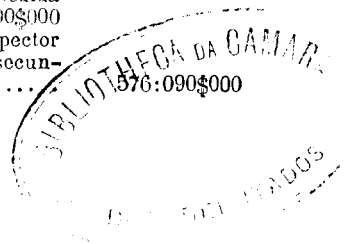
será distribuída pelos sete Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes :

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado a despende, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 9.168:295\$197

A saber :

1. Dotação de Sua Magestade o Imperador.	890:000\$000
2. Dita de Sua Magestade a Imperatriz...	95:000\$000
3. Dita da Princeza Imperial a Sra. D. Izabel.....	150:000\$000
4. Alimentos do Principe Imperial do Grão-Pará o Sr. D. Pedro.....	8:000\$000
5. Ditos do Principe o Sr. D. Luiz.....	6:000\$000
6. Ditos do Principe o Sr. D. Antonio....	6:000\$000
7. Dotação do Sr. Duque de Saxe, viúvo de Sua Alteza a Princeza Sra. D. Leopoldina.....	75:000\$000
8. Alimentos do Principe o Sr. D. Pedro.	6:000\$000
9. Ditos do Principe o Sr. D. Augusto....	6:000\$000
10. Ditos do Principe o Sr. D. José.....	6:000\$000
11. Ditos do Principe o Sr. D. Luiz.....	6:000\$000
12. Mestres da Familia Imperial.....	3:000\$000
13. Gabinete Imperial.....	1:000\$000
14. Subsídio dos Senadores.....	522:600\$000
15. Secretaria do Senado : supprimida a quantia de 600\$000, para a compra de Collecções de Leis.....	145:000\$000
16. Subsídio dos Deputados.....	732:000\$000
17. Secretaria da Camara dos Deputados : diminuida a despesa de 1:000\$00 pelo fallecimento de um Porteiro dispensado do serviço e augmentada a de 1:500\$000 para mais um Continuo	179:300\$000
18. Ajudas de Custo de vinda e volta dos Deputados.....	45:000\$000
19. Conselho de Estado : inclusivo a quantia de 480\$000 para gratificar o Porteiro do Gabinete Imperial.....	48:480\$000
20. Secretaria de Estado : diminuida a quantia de 7:300\$00 para o augmento pedido.....	187:040\$000
21. Presidencias de Provincia : comprehendendo o aluguel das casas occupadas pelas Presidencias do Amazonas e Alagoas....	277:203\$333
22. Culto Publico.....	798:000\$000
23. Seminarios Episcopaes.....	110:250\$000
24. Pessoal do ensino das Faculdades de Direito.....	202:895\$000
25. Secretarias e Bibliothecas das Faculdades de Direito.....	63:755\$000

26. Pessoal do ensino das Faculdades de Medicina : inclusive a quantia de 86:400\$000, votada para a verba do paragrapho seguinte; deduzida a de 80\$000, pedida para pagamento da differença dos vencimentos a um Adjunto, que já era Substituto e passou a Lento cathedratico e augmentada a de 2:400\$000 para se pagar ao Conselheiro Dr. Ferreira Souto a gratificação adicional marcada no art. 54 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, annexos ao Decreto n. 13-7 de 28 de Abril de 1854, garantida pelo art. 7º do Decreto Legislativo n. 1341 de 24 de Agosto de 1866 aos Lentes que prestaram serviços na guerra do Paraguay, gratificação a que o referido Lento tem direito desde a data em que completou 20 annos de magisterio até a sua jubilação..... 409:000\$000
27. Secretarias, Bibliothecas e Laboratorios das Faculdades de Medicina : diminuida a quantia de 86:400\$000 incluída no paragrapho antecedente ; reduzida a verba, despendendo-se na Faculdade do Rio de Janeiro com 12 Laboratorios 59:000\$000 em vez de 70:000\$000, e na da Bahia 40:000\$000 em vez de 67:000\$000 ; e supprimida a consignação para viagens scientificas dos Lentes das duas Faculdades..... 416:800\$000
28. Pessoal do ensino da Escola Polytechnica : inclusive 1:600\$000, para gratificação de um Lento, que conta mais de 25 annos de serviço..... 199:680\$000
29. Secretaria e Gabinetes da Escola Polytechnica : diminuida a quantia de 18:082\$500 para augmentos pedidos, e a de 497\$500, differença de vencimentos que se pagavam ao Secretario da Escola, hoje fallecido..... 102:412\$000
30. Escola de Minas de Ouro Preto..... 84:800\$000
31. Inspectoria da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Corte, pessoal e material da Instrução Primaria : deduzida a quantia de 6:000\$000 pedida como augmento e elevados a 7:200\$000 annuaes os vencimentos do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do Municipio Neutro..... 576:090\$000



32. Pessoal e material do Internato de Pedro II : deduzida a quantia de 10:800\$ pedida como augmento.....	213:296\$000
33. Pessoal e material do Externato de Pedro II : deduzida a quantia de 10:800\$ pedida como augmento.....	219:441\$000
34. Escola Normal.....	71:600\$000
35. Academia Imperial das Bellas Artes : incluída a quantia de 1:600\$000, differença para mais nas pensões pagas aos alumnos depois da Capital da Italia ser em Roma ; e excluída a de 6:000\$000, que de mais se pede para acquisição de produções de artistas nacionaes.....	72:150\$000
36. Imperial Instituto dos Meninos Cegos : excluída a differença de 10:360\$800 para mais nas despesas do material.....	67:196\$500
37. Instituto dos Surdos-Mudos : deduzida a quantia de 8:000\$000, importancia dos accrescimos de despesa.....	55:370\$900
38. Asylo dos Meninos Desvalidos : supprimida a consignação de 1:500\$000 para pagamento do honorario de um Mestre de agricultura pratica.....	95:500\$000
39. Estabelecimento de Educandas no Pará.	2:000\$000
40. Imperial Observatorio : excluída a differença de 2:600\$000 para mais.....	60:700\$000
41. Archivo Publico.....	25:280\$000
42. Bibliotheca Nacional : inclusive a quantia de 8:000\$000 para sanar o erro de somma verificado na Lei do orçamento anterior.....	68:800\$500
43. Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro.....	9:000\$000
44. Imperial Academia de Medicina.....	2:000\$000
45. Lyceô de Artes e Officios : supprimida a consignação de 15:000\$ para a collecção technica.....	70:000\$000
46. Saude Publica : deduzida a quantia de 288:120\$ destinada á execução da reforma feita em virtude do Decreto n. 8387 de 19 de Janeiro de 1882 e cujo Regulamento não foi ainda approved.....	32:520\$000
47. Inspeção de Saude dos Portos : excluída a quantia de 2:400\$ para augmento de vencimentos do Inspector e Secretario..	83:880\$000
48. Lazaretos.....	7:720\$000
49. Hospital dos Lazaros.....	2:000\$000
50. Soccorros Publicos.....	200:000\$000
51. Limpeza da Cidade e Praias do Rio de Janeiro.....	553:946\$664

52. Irrigação da Cidade do Rio de Janeiro. . .	163:200\$000
53. Melhoramento do estado sanitario. . . .	202:800\$000
54. Obras : sendo 25:000\$ para a conclusão das obras da Faculdade de Direito de S. Paulo ; reduzida a 10:000\$ a consignação de 200:000\$, pedida para a continuação das obras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e a 100:000\$ a de 150:000\$ para a continuação dos edificios da Escola Normal, Instituto dos Cegos e Asylo de Meninos Desvalidos, fazendo-se a redução na parte destinada aos dous primeiros destes edificios.	600:000\$000
55. Eventuaes : excluidos os 20:000:000 pedidos como augmento.	20:000\$000

§ 1.º O Governo fica autorizado a entregar, de uma vez, a Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe o dote que lhe foi garantido no contrato matrimonial.

§ 2.º As sobras que se verificarem nas rubricas relativas aos Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos, em consequencia de economias realizadas com os respectivos serviços, passarão a fazer parte do patrimonio dos mesmos Institutos, sendo entregues ao Thesoureiro da commissão de cada um dellas para a devida applicação.

§ 3.º A disposição do Decreto n. 133 de 3 de Julho de 1847, para que sejam remettidos ás Bibliothecas Nacional e Publicas das Capitães das Provincias todos os impressos que sahirem das Typographias da Corte, é extensiva ás Bibliothecas do Senado e da Camara dos Deputados.

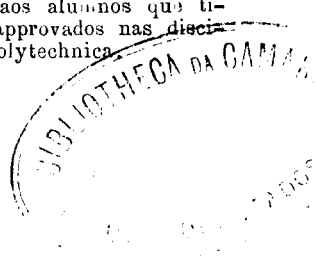
§ 4.º Fica o Governo autorizado a reformar a Escola de Minas de Ouro Preto, para desenvolver o respectivo ensino e alterar a distribuição das materias dos cursos geral e superior, mantidos rigorosamente os intuitos de sua instituição e sob as seguintes condições :

1.ª Não será excusada a despeza que actualmente se faz por conta dos cofres geraes, podendo o Governo aceitar a subvenção com que contribuir a Provincia de Minas para criação de novas cadeiras, laboratorios, officinas, aquisição de machinas, instrumentos, modelos e materiaes para viagens ou explorações scientificas e para aposentadoria de novos Lentes e Professores, quando a ella tenham dir. ito.

2.ª A Escola continuará a depender exclusivamente do Governo Geral, sem que nenhuma ingerencia nella possa ter o Provincial.

3.ª O concurso e provimento das novas cadeiras, assim como os direitos e regulas dos Lentes e Professores, regularão-se-hão pelas disposições em vigor.

4.ª Realizada a reforma, a Escola de Minas de Ouro Preto poderá conferir Titulo de Arrimensor aos alumnos que tiverem frequentado os cursos e forem approvados nas disciplinas para isso exigidas pela Escola Polytechnica.



Os Engenheiros formados na Escola de Minas, que tiverem igualmente a frequência e approvação exigidas na Escola Polytechnica para os Engenheiros civis, gozarão das mesmas regalias e privilegios destes.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorizado a despendir, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 6.823:094\$408

A saber :

1. Secretaria de Estado : Os vencimentos do Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça serão distribuidos pela mesma forma que os dos Directores Geraes das Secretarias da Guerra e Marinha..... 141:070\$000
2. Supremo Tribunal de Justiça : deduzida a quantia de 1:020\$000 e incluída a de 788\$000 para completar o prego de 18 Collecções de Leis..... 165:120\$000
3. Relações : elevada a 20\$000 a consignação para a verba — Expediente — de cada uma das dez Relações ; reduzida a 2:400\$000 a quota para o aluguel da casa em que serve a Relação de S. Paulo ; incluída a quantia de 1:500\$000 para o aluguel do predio em que funciona a Relação de S. Salvador e supprimidas as quantias : de 300\$000 destinada á aquisição de livros para as diversas Relações ; de 100\$000 para despesas miudas com o asseio da Relação da Corte, e 20:000\$000 para os casos imprevistos de descontos..... 619:726\$000
4. Junta Commercial : supprimida a quota de 1:400\$000 destinada ao aluguel da casa para a Junta do Pará e incluída a de 900\$000 para o reforço da verba — Expediente — das diversas Juntas, sendo 300\$000 para a da Corte e 10\$000 para cada uma das seis das Provincias..... 85:090\$000
5. Justiças de 1ª Instancia : reduzidas as gratificações complementares aos seguintes Juizes Municipaes e Substitutos, a saber : 4:400\$000 aos da Cidade do Rio de Janeiro ; 100\$000 ao de Pão d'Alho, em Pernambuco, e 50\$000 ao de Itajahy, em Santa Catharina ; supprimida a somma de 10:000\$000, destinada ao pagamento dos vencimentos dos Juizes de Direito e Promotores Publicos das Comarcas da Barra do Rio de Contas e

Pombal, na Bahia, por terem sido supprimidas; augmenta-las as seguintes gratificações: de 80\$000 ao Juiz Municipal do Termo de S. Benedicto, no Ceará; de 244\$067 ao do Ceará-mirim, no Rio Grande do Norte; de 240\$000 ao do Salgueiro, e de 250\$000 ao de Petrolina, em Pernambuco; de 203\$000 ao de Alagôis, na Provincia do mesmo nome; de 140\$000 ao de Jundiahy, e de 400\$000 ao de Pindamonhangaba, em S. Paulo; incluídas as quantias de 740\$000 para el-var-se as gratificações dos Juizes Municipaes e de Orphãos dos Termos de Muricy, em Alagôis, e Itabó, em Pernambuco, em virtude de novas lotações, e de 1:650\$000 para o Juiz Substituto dos Feitos da Fazenda do Recife, sendo 600\$000 do ordenado e 1:050\$000 de gratificação complementar, e supprimida a de 300\$000\$000 para os casos imprevistos de descontos...

6. Despesa Secreta da Policia.....

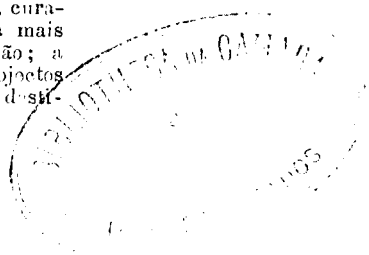
2:794:530\$078
120:000\$000

7. Pessoal e material da Policia: incluídos os seguintes augmentos: de 2:000\$000 para a quota — Expediente — da Policia da Corte; de 140\$000 para a da Policia do Am. zona; de 200\$000 para a do Pará; de 100\$000 para a do Espirito Santo; de 1:200\$000 para o aluguel da casa da do Pará; de 1:200\$000 para a da Bahia; de 300\$000 para a iluminação da Secretaria da Policia da Corte; de 360\$000 para a destinada á iluminação da do Nitetheroy; de 3:720\$000 para reforço da triolação da lancha das visitas do porto do Rio de Janeiro e dos Termos do Amazonas; reduzida a 7:000\$000 a quota destinada a Carcereiros de novas Cadeas; e supprimidas as quotas de 2:600\$000 para augmento do aluguel da casa da Policia da Corte, e a de 3:200\$000 para a compra e conservação de moveis para as diversas Repartições da Policia.....

677:075\$000
78:800\$000

8. Casa da Detenção da Corte.....

9. Asylo de Mendigos: eleva-lha a mais 12:000\$000 a quota para sustento, curativo e vestuario dos mendigos; a mais 300\$000 a destinada á iluminação; a mais 60\$000 a para a compra de objectos de expediente; e a mais 600\$000 a des-



nada á condução de enfermos e alienados.....	36:990\$000
10. Corpo Militar de Policia da Córte.....	469:000\$000
11. Reformados do Corpo Militar de Policia.....	8:764\$000
12. Guarda Urbana.....	473:000\$000
13. Casa de Correção da Córte: deduzida a quantia de 31:339\$450, para augmento dos vencimentos do pessoal.....	149:331\$230
14. Obras.....	15:000\$000
15. Auxilio á força Policial das Provincias..	600:000\$000
16. Ajudas de Custo: elevada a verba a mais 33:200\$000.....	90:000\$000
17. Condução de presos.....	5:000\$000
18. Presidio do Fernando de Noronha.....	244:987\$500
19. Novos Termos e Comarcas.....	58:560\$000

§ 1.º A despesa com gratificações por substituições dos Funcionarios do Ministerio da Justiça será paga pelas proprias verbas a que aproveita o serviço.

§ 2.º A pena de destituição comminada aos Corretores e Agentes de leilões na ultima parte do art. 9º do Decreto n. 806 de 26 de Julho de 1851, e no art. 13 do Decreto n. 858 de 10 de Novembro do mesmo anno, pela falta de apresentação de conhecimento do imposto de Industrias e Profissões para o registro na Junta Commercial, será tambem applicada, em caso identico, aos interpretes do commercio.

§ 3.º E' o Governo autorizado para reunir o Corpo da Guarda Urbana da Córte ao Militar de Policia ou dar-lhe novo plano, sem augmento da respectiva verba.

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros é autorizado a despendar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de 815:406\$666

A saber :

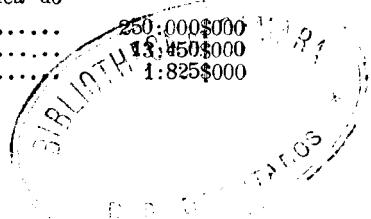
1. Secretaria de Estado: moeda do paiz...	154:865\$000
2. Legações e Consulados: diminuida a quantia de 7:500\$000, pedida para igualar os vencimentos dos Ministros Brasileiros no Estrangeiro.....	555:875\$000
3. Empregados em disponibilidade: moeda do paiz.....	9:666\$666
4. Ajudas de Custo: ao cambio de 27 d. por 1\$000.....	45:000\$000
5. Extraordinarias no Exterior: idem.....	40:000\$000
6. Ditas no Interior: moeda do paiz.....	10:000\$000

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado a despendar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de 11.112:898\$275

A saber :

1. Secretaria de Estado.....	111:390\$000
2. Conselho Naval.....	24:800\$000

3. Quartel-General.....	32:580\$000
4. Conselho Supremo.....	12:100\$000
5. Contadoria.....	114:00\$000
6. Intendencia e accessorios.....	99:081\$500
7. Auditoria.....	4:910\$000
8. Corpo da Armada e classes annexas....	928:876\$000
9. Batalhão Naval.....	132:302\$940
10. Corpo de Imperiaes Marinheiros: diminuida a quantia de 10:000\$ da consignação para engajamentos; supprimidos 20:800\$000, importancia da gratificação dos Officiaes das Companhias de Aprendizizes e augmentada a de 57:894\$000, por incluir-se o abatimento costumado que não deve mais ser feito por achar-se completo o Corpo.....	571:494\$700
11. Companhia de Invalidos.....	8:777\$000
12. Arsenaes: diminuida a quantia de 32:899\$, pela extincção das Companhias de Aprendizizes Artifices, substituição da marinhagem da Galeota Imperial por Praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros, economias que se estão fazendo nos Arsenaes; abatendo-se somente 5% do pessoal artistico dos mesmos Arsenaes e despendendo-se desde já 25:000\$ para prover o do Pará com uma serreria a vapor e outros appparelhos mecanicos, e 10:000\$ para montar outra serreria no de Pernambuco.....	2.630:660\$075
13. Capitancias de Portos.....	212:110\$500
14. Força Naval.....	1.363:712\$000
15. Navios desarmados.....	11:783\$800
16. Hospitaes.....	214:468\$700
17. Pharões: inclusive 100:000\$000 para construcção e reparos.....	264:948\$500
18. Escola de Marinha.....	171:351\$000
19. Reformados: deduzida a quantia de 3:953\$240 pelo fallecimento de um Capitão de Mar e Guerra, um 2º Tenente, um Commissario de 2ª classe e um Machinista de 1ª, e augmentada a de 10:400\$, pela reforma de mais um Almirante, um Chefe de Esquadra e um Mestre de 1ª classe.....	282:216\$050
20. Obras: deduzida a quantia de 100:000\$ consignada para construcção e reparo de pharões, que passa para a rubrica do § 17.....	250:000\$000
21. Hydrographia.....	13:450\$000
22. Etapas.....	1:825\$000



23. Armamento.....	100:000\$000
24. Munições de bocca: inclusive a quantia de 6:225\$, por estar completo o Corpo de Imperiaes Marinheiros; e deduzida a de 22:283\$250 em virtude da extinção das Companhias de Artifices e da substituição das Praças da marinhagem da Galeota Imperial.....	1.476:053\$510
25. Munições Navaes.....	450:000\$000
26. Material de construção naval.....	700:000\$000
27. Combustivel: augmentada a quantia de 50:000\$000.....	350:000\$000
28. Fretes, tratamento de Praças fóra dos Hospitaes e Enfermarias de Marinha, enterros, differenças de cambios e comissões de saques.....	80:000\$000
29. Eventuaes: sendo 25:000\$ para passagens autorizadas por Lei; 25:000\$ para ajudas de custo e gratificações por serviços extraordinarios, tambem umas o outras autorizadas por Lei; 20:000\$ para serviços extraordinarios e 30:000\$ para despezas imprescindiveis que não foram previstas.....	100:000\$000

E' o Governo autorizado:

§ 1.º A reformar, sem accrescimo da despesa actual, as Companhias de Aprendiz: Marinheiros, augmentando o numero destes e reduzindo o das mesmas Companhias.

§ 2.º A reformar a Escola de Marinha, simplificando o ensino, tornando-o mais pratico e fundindo na mesma Escola o Collegio Naval, sem augmento da actual despesa.

§ 3.º A applicar, no exercicio desta Lei, ao melhoramento do material da Armada, as sobras dos creditos concedidos pelas Leis ns. 3140 e 3141 de 30 de Outubro de 1882.

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorizado a despendar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 14.925:632\$881

A saber:

1. Secretaria de Estado e Repartições annexas: deduzida a quantia de 900:000, importancia de vencimento de um Praticante da Secretaria de Estado, cujo logar foi extincto.....	206:890\$000
2. Conselho Supremo Militar e de Justiça.....	43:760\$000
3. Pagadoria das Tropas da Corte.....	40:675\$000
4. Archivo Militar e Officina Lythographica.....	25:988\$000
5. Instrução Militar.....	354:340\$000
6. Intendencia: elevado o ordenado do Agente e Despachante da Intendencia a	

1:200\$000 e diminuida a gratificação a 60\$000.....	95:162\$560
7. Arsenaes.....	895 5 2\$000
8. Depos tos de artigos bellicos.....	59:9 0\$000
9. Laboratorios.....	86:7 2 \$000
10. Corpo de Saude : inclusive 21: 50\$000. para mais 10 Pharmaceuticos Alferes, em cumprimento da Lei n. 3169 de 14 de Julho de 1883, art. 2º.....	503:130 000
11. Hospitaes e Enfermarias: dim'nuida a quantia de 23:944\$049, sendo o numero de Praças da Companhia de enfermeiros reduzido a 80.....	350:075\$000
12. Estado Maior General.....	243:780 \$000
13. Corpos Especiales.....	861:537\$000
14. Corpos Arregimentados.....	2.215 684\$000
15. Praças de Pret.....	1.436 558\$100
16. Etapas.....	2.611:575\$000
17. Fardamento: sendo 346:083\$075 para pagamento do fardamento das Praças de Pret e com o fim de regularisar o respectivo fornecimento ora em at:azo.....	1.764:334\$075
18. Equipamento e Arreios.....	117:139\$500
19. Armamento.....	47:16 \$000
20. Despezas de Corpos e Quartos.....	440:008\$000
21. Companhias Militares : mantida a etapa de 500 réis para os operarios militares..	335 141\$250
22. Commissões Militares.....	76:26 \$000
23. Classes Inactivas.....	807:695\$156
24. Ajudas de Custo.....	30:000\$000
25. Fabricas: sendo 24:000\$ para occorrer á despesa com acquisição de machinas e app:rechos para a Fabrica de Polvora da Estrella.....	91:780\$500
26. Presidios e Colonias.....	110:793\$500
27. Obras Militares: reduzi los 50:000\$ da quota para obras militares da Côte, e outros 50:000\$ da destinada para as das Provincias.....	540:000\$000
28. Diversas Despezas e Eventuaes.....	540:000\$000
29. Bibliotheca do Exercito: augmentada a quantia de 1:000\$ para acquisição de livros e assignatura de jornaes.....	3:890\$000

§ 1.º E' autorizado o Governo :

1.º A crear uma Escola tactica e de tiro na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, organizada sob as bases da recente Lei que reformou a do Campo Grande, nesta Côte.

2.º A reformar a Fabrica de Polvora da Estrella, afim de habilital-a a fabricar as polvoras especiaes para artilharia moderna dos diversos systemas e modos de carregamento.

Nesta reforma não se augmentará o pessoal, nem se marcarão vencimentos superiores aos dos Empregados de igual categoria do Laboratorio do Campinho e Arsenaes; e qualquer augmento na despesa não se tornará effectivo antes de approvação do Poder Legislativo.

§ 2.º A disposição do Decreto n. 433 de 3 de Julho de 1847, concernente á Bibliotheca Nacional e ás Bibliothecas Publicas das capitães das Provincias, que foi ampliada á Bibliotheca de Marinha, fica extensiva á Bibliotheca do Exercito, afim de que sejam remettidos á esta Bibliotheca, sob as penas do art. 128 doCodigo Criminal, todos os impressos que sahirem das Typographias do Municipio da Côrto.

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas é autorizado a despenhar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 32.503:441\$331

A saber :

1. Secretaria de Estado : diminuida a quantia de 877\$000 para cavalgadas ; 2:000\$000 na quota para impressão do Relatorio ; 2:000\$000 no credito para artigos de escriptorio, e 3:000\$100 no que é destinado para despezas miudas.....	227:108\$000
2. Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....	6:600\$000
3. Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.....	20:000\$000
4. Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.....	48:000\$000
5. Estabelecimento Rural de S. Pedro de Alcantara.....	8:000\$000
6. Auxilios para Escolas praticas de Agricultura e uma de Veterinaria.....	80:000\$000
7. Acquisição de Semontes, Plantas, etc..	10:000\$000
8. Eventuaes.....	15:000\$000
9. Passeio Publico.....	8:600\$000
10. Jardim da Praça da Acclamação : supprimidas as diarias de dous Feitores jardineiros e quatro trabalhadores ; e diminuida a quantia de 2:250\$000 na prestação para o material.....	30:670\$000
11. Corpo de Bombeiros : supprimida a verba de 10:000\$000, para a reforma do systema de avisos de incendio.....	300:000\$000
12. Illuminação Publica : E' autorizado o Governo para fazer, na despesa com o pessoal da fiscalisação e na do custeio dos combustores, as reduções que forem exigidas pela conveniencia e regularidade do serviço.....	915:594\$920

13. Garantia de juros a Estradas de Ferro : reduzidos a 6:000\$000 os vencimentos dos Engenheiros Fiscaes ; supprimidos os logares de Ajudantes junto ás Estradas do Recife a S. Francisco e da Bahia a S. Francisco ; e abatida no total a quantia de 50:000\$000..... 1.439:322\$031
14. Estrada do Ferro D. Pedro II : deduzida a quantia de 158:007\$500 nas consignações para o pagamento de auxiliares e gratificações de trimestres para o pessoal empregado na Administração ; a de 444:950\$ com as seguintes reduções : de 4:500\$ com a suppressão de quatro Telegraphistas dos 120 das Estações do interior ; de 5:410\$, na verba de 41:410\$ pedida para 15 Conductores de 1ª classe, reduzindo-se a 13 ; de 4.000\$, na de 40:000\$, pedida para 20 Conductores de 2ª classe, reduzindo-se a 16 ; de 7:500\$ na de 45:000\$, destinada para 30 Conductores de 3ª classe, reduzindo-se a 25 ; de 10:000\$ na de 550:800\$, destinada aos salarios dos Guardas, Feitores, Mano-bristas, Guarda-chaves, Rondantes, Guarda-cancellas, trabalhadores, etc. ; de 2:240\$, na de 12:240\$ para Desenhistas ; de 32:000\$, na de 50:000\$, para expediente e consumo do Telegrapho ; de 155:000\$, na de 385:000\$, para obras complementares nas diversas Secções ; de 50:000\$, na de 100:000\$, para augmento de telheiros e machinismos nas officinas do Engenho de Dentro ; de 80:000\$, na de 360:000\$, para compra de locomotivas ; de 40:000\$, na de 240:000\$, para a compra de carros de carga ; de 24:000\$, na de 90:000\$ para a compra de carros de viajantes ; e de 30:000\$, na de 65:000\$, para a aquisição e collocação de freios de Westinghouse ; incluídos 410:000\$ com a elevação das seguintes verbas : a 100:000\$ a de 90:000\$, para os Mestres de linha ; a 1.300:000\$ a de 900:000\$, para os operarios diversos e trabalhadores ; reduzidos a 15:000\$ os vencimentos annuaes do Director da Estrada de Ferro D. Pedro II ; e equiparados, sem augmento da verba consignada para o serviço telegraphico, os vencimentos annuaes do Chefe desse serviço aos dos

- outros Chefes de Secção do serviço da
mesma Estrada..... 7.079:272\$500
15. Estrada de Ferro do Sobral: supprimido
um lugar de Desenhista o reduzida a
25:800\$ a verba destinada para acqui-
sição do material rodante..... 202:631\$760
16. Estrada de Ferro de Baturité: deduzida
a quantia de 9:436.000 com as seguintes
reduções: de 545.000, na verba de
1:095\$, para Limadores; de 73 \$, sup-
primindo-se as diárias de um Torneiro;
de 546\$, na verba de 1:695\$, para Fundi-
dores; de 830\$, na de 1:460\$, para Fer-
reiro; de 1:460\$, na de 3:650\$, para Car-
pinteiro, com a diaria de 2\$, de 325\$, na
de 657\$, para Carpinteiros, com a diaria
de 1\$300, e de 5:000\$, na de 15:000\$, para
eventuaes e reparações extraordinarias.. 247:569\$200
17. Estrada de Ferro de Paulo Afonso: di-
minuidos de 5:000\$ o credito para jorna-
leiros e trabalhadores, o de 10:000\$ o de
40:000\$ para reconstrucções e repara-
ções eventuaes..... 200:000\$000
18. Estrada de Ferro do Recife (prolonga-
mento): diminuidos de 5:000\$ o credito
para tracção, de 10:000\$ o de 74:280\$
para conservação e reparação ordinaria
da via permanente e linha telegraphica,
e de 20:000\$ a verba das officinas e con-
servação..... 359:440\$000
19. Estrada de Ferro da Bahia (prolonga-
mento): deduzida da quota de 200.000\$,
para o material rodante, a de 30:000\$;
da de 100:000\$, para o pessoal da con-
servação ordinaria das obras e de edificios
a de 45:000\$; e da de 40:000\$, para o
material da conservação das obras e edi-
ficios, a de 15:000\$000..... 510:928\$000
20. Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uru-
guayana: diminuidos, de 5:000\$, o
credito para o pessoal das officinas, e
de 20:000\$, o de 40:000\$, para despesas
diversas..... 324:170\$000
21. Obras Publicas: deduzidas as seguintes
quantias: Inspectoria Geral das Obras
Publicas e outras Repartições (demon-
stração n. 1), de 1:200\$, supprimida a
gratificação extraordinaria de 100\$ ao
Engenheiro Ajudante; a de 4:300\$, sup-
primido um lugar de Engenheiro Aju-
dante; na conservação das Estradas o

Florostas (demonstração n. 2), a de 2:040\$, reduzindo-se a 20 o numero de trabalhadores da Floresta da Tijuca ; 1:540\$, na verba de 15:743\$, destinada para as Estradas nova e velha da Tijuca ; nas obras com o abastecimento d'agua (demonstração n. 3) a de 5:000\$, na de 25:000\$, para material e ferramentas ; de 10:000\$, na verba de 60:000\$, para o pessoal de Serventes e Operarios diversos ; no credito para as Officinas e Depositos das Obras Publicas e limpeza das vallas (demonstração n. 4) a de 5:000\$, na verba de 20:000\$, destinada aos serviços diversos e obras imprevistas ; nas obras de construcção e galerias para o esgoto de aguas (demonstração n. 5) a de 4:306\$, com a suppressão de um logar de Engenheiro Ajudante ; 1:800\$, com a diminuição de um auxiliar ; 1:460\$, reduzindo-se a quatro o numer de Feitores ; nas obras diversas nas Provincias (demonstração n. 6) a de 20:000\$ no credito de 200:000\$ para a construcção de açudes no Ceará ; de 8:000\$, com a suppressão da verba para a pintura de Pontes em Pernambuco ; de 10:000\$, reduzindo a 50:000\$ o credito para o proseguimento da Estrada de D. Francisca ; de 4:300\$ pela suppressão do logar de Ajudante de Engenheiro junto á Presidencia de Goyaz ; nas diversas despesas (demonstração n. 7) a de 1:200\$, supprimindo a gratificação do encarregado do Deposito, e a de 600\$ a um Guarda da conservação dos instrumentos de engenharia ; de 20:000\$, supprimida a verba para aquisição de padrões de pesos e medidas ; de 4:000\$ nas gratificações dos Engenheiros fiscaes das Companhias de Carris Urbanos e da Copacabana, ficando a fiscalisação a cargo de um só Engenheiro com 15:600\$ de vencimentos ; de 1:200\$, reduzida a 1:800\$ a despesa com a conservação da Estrada União e Industria ; de 250:000\$ supprimida a verba para as estradas coloniaes, supprimidos os seguintes logares : dous logares de Ajudantes, com os vencimentos de 8:612\$; tres de Collaboradores,

	vencendo 4:760\$; um de Praticante, com o vencimento de 917\$; (na demonstração n. 3) um Engenheiro Ajudante com o vencimento de 4:760\$; um Conductor, com o de 2:482\$; na demonstração n. 5 (construcções de galerias) um logar de Conductor com o vencimento de 2:482\$; na demonstração n. 7 os logares de Fiscaes de carris com os vencimentos de 9:600\$; os da Estrada de Ferro do Corcovado, com o vencimento de 3:600\$; diminuidas as seguintes quantias: de 30:000\$, na verba destinada a pagamento de trabalhadores e aquisição de material e ferramenta; na de — Eventuaes e Obras — a de 20:000\$; e na demonstração n. 4 a de 10:000\$000.....	2.218:660\$500
22.	Esgoto da Cidade: reduzidos a quatro os Engenheiros Ajudantes; supprimido um logar de Auxiliar; diminuida a quantia de 3:948\$000, correspondente a um logar de Ajudante, que fica supprimido; e incluída a de 50:000\$, para as obras do prolongamento da canalisação do 4º districto dos bairros do Riachuelo, Villa Izabel e Andarahy Grande.....	1.750:000\$000
23.	Telegraphos: supprimida a quota de 50:000\$, para a construcção de um edificio em que funcione a Repartição Central; augmentada a quantia de 35:000\$, para a conservação e custeio da linha de Minas-Geraes, comprehendida nessa quota a construcção de uma linha do logar Tres Corações do Rio Verde á Cidade da Campanha da Princeza; e elevada a verba com 125:000\$, para o proseguimento da Linha do Paraná e da do Maranhão até ao Pará; sendo 50:000\$ para a primeira e 75:000\$ para a segunda.....	1.931:560\$000
24.	Terras Publicas e Colonisação.....	1.000:000\$000
25.	Catechese.....	80:000\$000
26.	Subvenção ás Companhias de Navegação a Vapor: supprimidas as subvenções de 100:000\$, para a empresa de navegação entre o Porto do Rio de Janeiro e o de Halifax, no Canadá, e a de 30:000\$, para a de navegação do rio Jequitinhonha; augmentada com 24:000\$ a subvenção da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão; e diminuida de 56:000\$ a	

	destinada á Companhia do Amazonas, pelas viagens ao Madeira, Purús e Rio Negro. O Governo não poderá renovar os contratos de navegação ainda em vigor, e deverá, nas épocas competentes, denunciar como terminados aquelles que contiverem a clausula de sua continuação, si não houver sido feita a necessaria intimação para aquelle fim.....	3.064:600\$000
27.	Correio Geral.....	2.274:879\$390
28.	Museu Nacional.....	76:360\$000
29.	Fabrica de Ferro de S. João de Ypanema: supprimida a quota de 6:000\$, para augmento dos vencimentos dos Empregados.	192:100\$000
30.	Manumissões: comprehendida a quantia de 2:443\$800, para o pagamento do Depositario Publico da Côte, pelas despesas feitas com a alimentação e vestuario aos escravos considerados bens do evento, recolhidos ao Deposito Publico.....	\$
31.	Educação de Ingenuos.....	32:900\$000
32.	Desobstrução dos Rios do Maranhão, do Parnahyba e S. Francisco: sendo 100:000\$ para os do Maranhão, 100:000\$ para o Parnahyba e 200:000\$ para o S. Francisco.....	400:000\$030
33.	Melhoramento da Barra do Rio Grande..	350:000\$000
34.	<i>Flora Brasileira</i> : para continuação da publicação no corrente exercicio.....	10:000\$000
35.	Garantia de juros a Estradas de Ferro contratadas, ou já construidas por effeito da autorização contida na Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873, durante o exercicio desta Lei e pela totalidade do credito autorizado.....	6.790:075\$410
36.	Garantia de juros ás Emprezas dos Engenheiros Contraes em virtude da Lei n. 2687 de 3 de Novembro de 1875 e Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, durante o exercicio.....	300:000\$000

§ 1.º Fica o Governo autorizado para:

Effectuar o (resgate das) Estradas de Ferro do Recife a S. Francisco, e da Bahia a Alagoinhas, de conformidade com as clausulas constantes dos contratos celebrados para construcção das mesmas Estradas.

Reformar o contrato para o serviço de reboque da Barra do Rio S. Francisco com o actual contratante ou com quem mais vantagens offerecer, por prazo não excedente de seis annos, sem augmento da quantia de 12:000\$ marcada na respectiva verba.

Despender no exercício desta Lei, até a quantia de 80:000\$ para o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité a Quixadá.

Permittir que a Estrada de Ferro Principe do Grão-Pará, no seu prolongamento para a Freguezia do Rio Preto, possa utilizar-se do leito da Estrada União e Indústria para assentamento de seus trilhos, a começar do 10º kilometro além do Petropolis até ao Areal, contanto que não prejudique o trafego actual da mesma Estrada e tome a seu cargo a conservação desta nos trechos a s m utilizados.

§ 2.º O Governo, antes de começar as obras, cujos planos já foram apresentados, cas se definitivamente resolvida a pretensão que tem a *Great Western of Brasil Railway Company Limited*, de prolongar o ramal de Nazareth até á Villa de Timbauba, mandar proceder aos estudos necessários para verificar si mais convem que o dito ramal continue de Nazareth em diante a percorrer o valle do rio Tracunhaem até á sua confluencia com o Capiberibe-narrum e dirja-se dali para Timbauba e S. Vicente, ligando-se deste modo os dois valles e adoptando-se uma directriz que, em todo o seu percurso, aproveite aos terrenos mais férteis e mais cultivados.

Art. 8.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado a despendir, com os servicos designados nas seguintes rubricas, a quantia de:..... 63.447:961\$674

A saber:

1. Juros, amortização e mais despezas da Dívida Externa.	13.372:501:00
2. Juros e amortização dos Empréstimos de 1863 e 1879	6.061:855\$000
3. Juros e amortização da Dívida Interna fundada.....	21.276:532:000
4. Juros e amortização da Dívida inscripta ainda não fundada.	15:000\$000
5. Caixa de Amortização: incluída a quantia de 13:000\$, para o fim de alterar a escripturação e tornar mais rapido e seguro o serviço das transferencias das Apolices e do pagamento de juros	74:764\$000
6. Emissão, substituição e resgate de Papel-moeda	123:214:000
7. Pensionistas	1.859:957\$35
8. Aposentados.....	1.003.515\$157
9. Empregados das Repartições e logares extinctos: de luzida a quantia de 800\$, gratificação que percebia o actual Director da Estatística do Ministerio da Fazenda como Chefe de Secção extincta do Thesouro Nacional.....	25:290\$975
10. Thesouro Nacional: deduzida do expediente a quantia de 68\$, e augmentada	

a de 800\$, diferença entre o vencimento de 7:20\$, marcado para o Director da Estatística do Ministerio da Fazenda, e a diminuição de 6:400\$, sendo 4:000\$ pela extinção de um logar de 1º Escriptuario do Thesouro Nacional, e 2:400\$, gratificação, marcado para o Chef. d. Comissão de Estatística....	639:374\$666
11. Theso rarias de Fazenda : deduzida a quantia de 5:814\$100, resultante das diferenças nos diversos Orçamentos, e elevada á 1ª classe e da 1ª ordem a Theso raria de Fazenda da Provincia do Pará	1.007:758\$780
12. Juizo dos Feitos da Fazenda : deduzida a somma de 10:000\$ em percentagens e cu tas.....	416:325\$000
13. A fan tega	4.211:128\$926
14. Recebedoria : augmentado com 100\$ o ordinado annual do Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para a execução da Lei n. 2930 de 31 de Outubro de 1879, e deduzida, no pedido para expediente, a quantia de.....	471:862\$840
15. Me as de Rendas e Colatorias : deduzida a somma de 40:484\$592, augmentada no pedido para percentagens....	1.453:005\$922
16. Casa da Moeda : sendo os vencimentos do 1º Escriptuario que dirige a Secção de contabilidade divididos em 2:400\$ de orden do e 1:200\$ de gratificação.....	182:850\$000
17. A min istração Diamantina.....	13:214\$400
18. Administração - Custos das Fazendas...	7:654\$100
19. Typographia Nacional.....	291:677\$600
20. <i>Dario Official</i> : deduzida a quantia de 8:702\$398 no augmento pedido para salarios e compr. de pa. el.....	438:331\$772
21. A udas d. Custo.....	50:000\$000
22. Gratificações por serviç s temporarios e extraordinarios	12:000\$000
23. Eventuaes	100:000\$000
24. Diferenças de cambio.	5.112:911\$772
25. Juros diversos : incluída a quantia de 20:000\$, para juros da conta corrente com o Banco do Br zil.....	324:17\$627
26. Juros de Bilhetes do Thesouro.....	800:000\$000
27. Comissões e Corretagens.....	60:000\$000
28. Juros do Empréstimo do Cofre do Orçãos : deduzidos 200:000\$ no pedido.....	500:000\$000



29. Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro: augmentada no pedido a quantia de 51:794\$372.....	908:938\$110
30. Obras: deduzidos nos pedidos para as obras da Alfandega da Corte, 46:275\$350 para a reconstrucção do armazem n. 7; 20:000\$ para a cobertura do armazem de estiva e 50:000\$ para a construcção do caes da Praça D. Pedro II ao Arsenal de Guerra, e incluidas as seguintes quantias: 150:000\$ para as obras da Ilha Fiscal; 300:000\$ para as da Alfandega do Pará, e 60:000\$ para as obras da Caixa Economica da Corte.....	954:419\$200
31. Exercicios Findos: elevada a verba á quantia de 1.873:618\$692, para pagamento do resto de despezas autorizadas em exercicios encerrados, as quaes constam da Tabella n.º e bem assim a mais 200:000\$, para pagamento da indemnização, determinada por arbitramento, a Sabino Tripoti.....	2.673:618\$392
32. Adiantamento da garantia Provincial do 2% ás Estradas de Ferro da Bahia e Pernambuco.....	450:000\$000
33. Reposições e Restituições.....	90:000\$000

Art. 9.º E' autorizado o Governo para abrir, no exercicio da presente Lei, creditos supplementares para as verbas indicadas na tabella **A**.

Art. 10. E' igualmente autorizado o Governo para despendor durante o exercicio desta Lei, por conta dos creditos especiaes, até a importancia de 12.657:296\$000, constante da Tabella **B**.

Art. 11. Por dividas de exercicios findos entendem-se as que tiverem por origem o pagamento de serviços prestados ao Estado em exercicios já encerrados, em virtude de autorização concedida por Lei de orçamento ou por qualquer outra especial, com fundos decretados nos termos do art. 14 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1832, comtanto que a importancia dos serviços por pagar não exceda á consignação dos respectivos fundos.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario do Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 3 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR, com rubrica o guarda.

M. P. de Souza Dantas.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, Fixando a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1884 - 1885, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Francisco Teixeira de Lira e Oliveira a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 4 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 5 de Setembro de 1884.— *José Severiano da Rocha.*

TABELLA — A

Verbas do Orçamento, para as quaes o Governo poderá abrir
creditos supplementares

MINISTERIO DO IMPERIO

Presidencias de Provincias:
Pelas ajudas de Custo aos Presidentes.
Soccorros Publicos.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Ajudas de Custo :
Aos Magistrados de 1ª e 2ª entrancia.
Conducção de presos de Justiça.

MINISTERIO DE ESTRANGEIROS

Ajudas de Custo.
Extraordinarias no Exterior.

MINISTERIO DA MARINHA

Hospitales :
Pelos medicamentos e utensis.
Reformados :
Pelo soldo de Officiaes e Praças reformadas.
Munições de bocca :
Pelo sustento e dietas das guarnições dos navios da Armada.
Munições Navaes :
Pelos casos fortuitos de avaria, naufragio, alijamento de
objectos ao mar e outros sinistros semelhantes.
Fretes.
Eventuaes :
Por differença de cambio e commissões de saques, trata-
mento de Praças em Portos Estrangeiros e em Provincias ou te
não ha Hospitales e Enfermarias, e para despeza de enterros.

MINISTERIO DA GUERRA

Corpo de Saude e Hospitaes :

Pelos medicamentos, dietas e utensis.

Praças de Pret:

Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premios para os mesmos.

Etapas :

Pelas que occorrerem, além da importancia consignada.

Fardamento :

Pelas despezas resultantes do augmento de preço na materia prima.

Despeza dos Corpos e Quarteis :

Pelas forragens e ferragens.

Classes Inactivas :

Pelas Etapas das Praças Invalidas e soldo de Officiaes e Praças Reformadas.

Ajudas de Custo :

Pelas que se abonarem aos Officiaes, que viajam em commissão do serviço.

Fabricas :

Pelas dietas, medicamentos, utensis e etapas diarias a colonos.

Diversas Despezas e Eventuaes :

Pelo transporte de tropas.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Iluminação Publica.

Garantia de juros ás Estradas de Ferro e aos engenhos centraes :

Pelo que exceder ao decretado.

Correio Geral.

MINISTERIO DA FAZENDA

Juros da Divida Interna Fundada :

Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da Divida Inscripta antes da emissão das respectivas Apolices :

Pelos que forem reclamados, além do algarismo orçado.

Emissão, substituição e resgato do Papel-moeda :

Pelo feitiço de notas.

Juizo dos Feitos da Fazenda :

Pelo que faltar para pagamento da percentagem da divida arrecadada.

Alfandegas, Recebedorias, Mesas de Rendas e Collectorias :

Pelo excesso de despeza sobre o credito concedido para a percentagem dos Empregados.

Differenças de Cambio :

Pelo que fôr preciso, afim de realizar-se a remessa de fundos para o exterior e o pagamento dos juros e amortização dos Empréstimos Nacionais de 1868 e 1879.

Juros Diversos e ditos dos Bilhetes do Thesouro :

Pelas importancias que forem precisas, além das consignadas.

Commissões e Corretagens :

Pelo que puder ser necessario, além da somma concedida.

Juros do Empréstimo do Cofre de Orphãos :

Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder a do credito votado.

Juros dos Depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro :

Pelos que forem devidos, além do credito votado.

Exercicios Findos :

Pelas pensões, aposentadorias, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em Lei.

Reposições e Restituições :

Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia destes exceder á consignação.

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1884.

M. P. de Souza Dantas.

TABELLA — B

Maximo das sommas que o Governo poderá despende por conta de cada um dos creditos especiaes, para os quaes está autorizado a fazer operações de credito

Leis n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 18, e
n. 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 20.

MINISTERIO DO IMPERIO

Leis ns. 1904 e 1905 de 17 de Outubro de
1870 e 2348 de 25 de Agosto de 1873,
art. 2º, paragrapho unico, n. 6.

Medição e tombo das terras que, nos termos dos contratos matrimoniaes, formam os patrimonios estabelecidos para Suas Altezas as Sras. D. Izabel e D. Leopoldina e seus Augustos Esposos.....	18:000\$000
--	-------------

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Lei n. 1953 de 17 de Julho de 1871, art. 2º,
§ 2º

Prolongamento da Estrada de Ferro do Recife a Garanhuns, com o ramal para Caruarú.	2.510:000\$000
Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia, de Alagoinhas a S. Francisco.....	2.319:672\$000

Lei n. 2397 de 10 de Setembro de 1873

Construcção da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana, do Rio Grande a Bagé, de Bagé a Cacequy e de Cacequy á Uruguayana.....	3.000:000\$000
--	----------------

Lei n. 2639 de 22 de Setembro de 1875

Obras para o abastecimento d'agua á Capital do Imperio.....	880:264\$000
---	--------------

Lei n. 2670 de 20 de Outubro de 1875,
art. 18

Prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II e ramal de Ouro Preto....	3.000:000\$000
---	----------------

Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882,
art. 9º, § 1º, n. I

Garantia de juros para os estudos e construção da Estrada de Ferro D. Pedro I, em Santa Catharina..... 120:000\$000

Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882,
art. 7º, § 1º, n. II

Garantia de juros para o prolongamento da Estrada de Ferro do Natal a Nova Cruz, pelo valle do Ceará-mirim na Provincia do Rio Grande do Norte..... 90:000\$000

Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882,
art. 7º, § 1º, n. III

Garantia de juros para o prolongamento da Estrada de Ferro Conde d'Eu até Cabedello, na Provincia da Parahyba..... 48:000\$000

Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882,
art. 7º, § 1º, n. IV

Garantia de juros para melhoramento do porto da Fortaleza, no Ceará, e construção da respectiva Alfandega..... 75:000\$000

Lei n.

Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité a Quixadá..... 400:000\$000

Garantia de juros á Estrada de Ferro Mogyana..... 126:360\$000

MINISTERIO DA FAZENDA

Leis n. 1837 de 27 de Setembro de 1870,
artigo unico, e n. 2348 de 25 de Agosto
de 1873, art. 7º, paragrapho unico,
n. 4.

Fabrico das moedas de nickel e de bronze... 20:000\$000

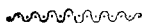
Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873,
art. 11, § 5º, n. 2

Premio não excedendo de 50\$ por tonelada aos constructores de navios no Imperio. 50:000\$000

12.657:296\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1884.

M. P. de Souza Dantas.



LEI N. 3231 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Approva a despesa effectuada com a elevação do numero de praças do Batalhão Naval ao estado completo no exercicio de 1883 - 1884.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

Artigo unico. Fica approvada a despesa que o Governo tiver effectuado com a elevação do numero de praças do Batalhão Naval ao estado completo no exercicio de 1883 - 1884 ; revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR, com rubrica e guarda.

Joaquim Raymundo de Lamare.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral que Houve por bem sancionar, approvando a despesa que o Governo tiver effectuado com a elevação do numero de praças do Batalhão Naval ao estado completo no exercicio de 1883 - 1884.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Guilherme Frederico Martins a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 12 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1884. — *Sabino Eloy Pessoa.*



DECRETO N. 3232 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Dispensa a condição de idade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministerio do Imperio.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' dispensada a condição de idade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministerio do Imperio.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

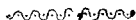
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Filipe Franco de Sá.

Chancellaria - mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 12 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Setembro de 1884. — O Director da 2ª Directoria, *Dr. Joaquim Pinto Netto Machado.*



DECRETO N. 3233 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

Augmenta o numero dos representantes da Provincia do Pará e altera a divisão eleitoral da mesma Provincia.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A Provincia do Pará dará mais tres Deputados á Assembléa Geral e mais dous Senadores.

Art. 2.º O Governo dividirá a Provincia em seis districtos eleitoraes, pela fôrma determinada no art. 17 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Art. 3.º Cada um desses districtos elegerá, para a proxima e para as seguintes legislaturas, um Deputado á Assembléa Geral e cinco membros da Assembléa Legislativa Provincial.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

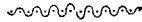
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Filippe Franco de Sá.

Chancallaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 16 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1884. — O Director interino da 1ª Directoria, Dr. *Eugenio Augusto de Miranda Monteiro de Barros.*



DECRETO N. 3234 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Releva a pena de commisso, em que incorreu o legado do Barão de Juparanã á Igreja de Nossa Senhora do Patrocinio, da povoação do Desengano.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' relevada a pena de commisso, em que incorreu o legado do Barão de Juparanã á Igreja de Nossa Senhora do Patrocinio, da povoação do Desengano, na Provincia do Rio de Janeiro, devendo, porém, ser convertido em apolices da divida publica, no prazo do art. 2º do Decreto n. 1225 de 20 de Agosto de 1864, contado da data da presente Resolução ; revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda

o Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

M. P. de Souza Dantas.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 17 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 18 de Setembro de 1884. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 3235 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o pagamento a Sabino Tripoti da quantia de 200:000\$000.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' autorizado o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda para pagar, pela verba — Exercicios Findos — a Sabino Tripoti a quantia de 200:000\$, importancia da indemnização que foi determinada por arbitramento ; ficando revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

M. P. de Souza Dantas.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 17 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 18 de Setembro de 1884. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 3236 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, Francisco Magarinos de Souza Leão.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saúde onde lhe convier, ao Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, Francisco Magarinos de Souza Leão; revogadas as disposições em contrario.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro do Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

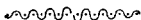
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

M. P. de Souza Dantas.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 17 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 18 de Setembro de 1884. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 3237 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Antonio Joaquim Rodrigues.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saúde onde lhe convier, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Antonio Joaquim Rodrigues; sendo revogadas as disposições em contrario.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3238 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação da Côrte, Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboin.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Desembargador da Relação da Côrte, Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboin, um anno de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

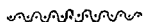
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3239 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Mato Grosso, João Francisco da Silva Braga.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Desembargador da Relação de Mato Grosso, João Francisco da Silva Braga ; revogadas as disposições em contrario.

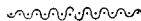
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63^a da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3240 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José da Motta de Azevedo Corrêa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José da Motta de Azevedo Corrêa ; revogadas as disposições em contrario.



Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3241 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Santa Philomena, na Provincia do Piahy, Bacharel José de Azevedo Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Juiz de Direito da comarca de Santa Philomena, na Provincia do Piahy, Bacharel José de Azevedo Silva; sendo revogadas as disposições em contrario.

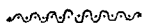
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3242 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José de Araujo Brusque.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Desembargador da Relação de Cuyabá, José de Araujo Brusque; revogadas as disposições em contrario.

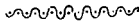
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-môr do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3243 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca do Itapicurú-merim, na Provincia do Maranhão, Bacharel Antonio Teixeira Belfort Roxo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Bacharel Antonio Teixeira Belfort Roxo, Juiz de Direito da comarca de Itapicurú-merim, na Provincia do Maranhão, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3244 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a prorogar por mais um anno, com ordenado, a licença ultimamente concedida ao Juiz de Direito da comarca do Riachão, na Provincia do Maranhão, Antonio José de Souza Freitas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para prorogar por mais um anno, com ordenado, a licença concedida no anno proximo passado ao Juiz de Direito da comarca do Riachão, na Provincia do Maranhão, Antonio José de Souza Freitas, afim de tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

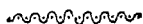
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3245 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Alagôa Monteiro, na Provincia da Parahyba do Norte, Bacharel Frederico Peregrino Carneiro Monteiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao Bacharel Frederico Peregrino Carneiro Monteiro, Juiz de Direito da comarca de Alagôa Monteiro, na Provincia da Parahyba do Norte, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3246 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Manoel Carrilho da Costa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Manoel Carrilho da Costa; revogadas as disposições em contrario.

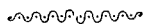
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63^o da Independencia e do Impero.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3247 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca de Cimbres, na Provincia de Pernambuco, Dr. José Julião Regueira Pinto de Souza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao Dr. José Julião Regueira Pinto de Souza, Juiz de Direito da comarca de Cimbres, na Provincia de Pernambuco, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63^o da Independencia e do Impero.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3248 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Juiz de Direito da comarca do Santa Christina do Pinhal, na Provincia do Rio Grande do Sul, Bacharel Luiz Vianna.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier, ao Juiz de Direito da comarca de Santa Christina do Pinhal, na Provincia do Rio Grande do Sul, Bacharel Luiz Vianna ; revogadas as disposições em contrario.

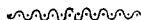
Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Côm a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Maria Sodré Pereira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 20 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*



DECRETO N. 3249 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Francisco Rodrigues da Silva, Lente e Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Dr. Francisco Rodrigues da Silva, Lente e Director da Faculdade de Medicina da Bahia, licença por um anno, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

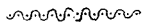
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Filippe Franco de Sá.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 22 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 25 de Setembro de 1884.— O Director da 2ª Directoria, Dr. *Joaquim Pinto Netto Machado.*



DECRETO N. 3250 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, um anno de licença, com o respectivo ordenado, afim de concluir os estudos que encetou na Europa; revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

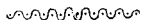
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Filippe Franco de Sá.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 22 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 25 de Setembro de 1884.— O Director da 2ª Directoria, Dr. *Joaquim Pinto Netto Machado.*



DECRETO N. 3251 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Concede ao Dr. João Baptista de Lacerda um premio de 30:000\$, pela descoberta da acção do permanganato de potassa como antidoto do veneno ophidico.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' concedido, de conformidade com o art. 179 § 26, *in fine*, da Constituição do Imperio, ao Dr. João Baptista de Lacerda, um premio de 30:000\$, em moeda corrente, como remuneração de sua descoberta da acção do permanganato de potassa como antidoto do veneno ophidico.

Essa quantia será paga pelas verbas do orçamento do Ministerio do Imperio — Soccorros Publicos e Melhoramento do estado sanitario.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de sua Magestade o Imperador.

Filippe Franco de Sá.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 22 de Setembro de 1884.— *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 24 de Setembro de 1884.— O Director interino da 1ª Directoria, Dr. *Eugenio Augusto de Miranda Monteiro de Barros.*

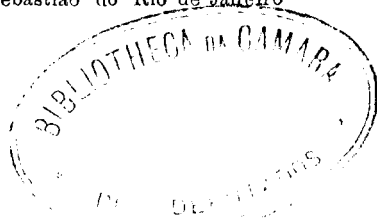


DECRETO N. 3252 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1884

Torna extensivos aos Professores das escolas mantidas pela Camara Municipal da Córte, alguns favores de que gozam os Professores publicos primarios dependentes do Ministerio do Imperio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. Os Professores das escolas mantidas pela Illma. Camara Municipal de S. Sebastião do Rio de Janeiro



gozarão, quanto á vitaliciedade e jubilação, dos mesmos favores que a lei concede aos Professores primarios sujeitos á Inspectoria Geral da Instrucção Publica do municipio da Córte ; revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884, 63º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Filippe Franco de Sá.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

Transitou em 22 de Setembro de 1884. — *José Bento da Cunha Figueiredo Junior.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 24 de Setembro de 1884. — O Director interino da 1ª Directoria, Dr. *Eugenio Augusto de Miranda Monteiro de Barros.*